

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO  
Procurador-Geral de JustiçaMARCO ANTONIO LOPES DE ALMEIDA  
Corregedor-Geral do Ministério PúblicoNÁDIA ESTELA FERREIRA MATEUS  
Ouvidora do Ministério PúblicoREYVANI JABOUR RIBEIRO  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta JurídicaIRAÍDES DE OLIVEIRA MARQUES  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta AdministrativaHUGO BARROS DE MOURA LIMA  
Procurador-Geral de Justiça Adjunto InstitucionalFRANCISCO CHAVES GENEROSO  
Chefe de GabineteTHIAGO FERRAZ DE OLIVEIRA  
Secretário-GeralCLARISSA DUARTE BELLONI  
Diretora-Geral**CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - TERÇA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2025**

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais-DOMP/MG, instituído pela Resolução PGJ n.º 1, de 6 de janeiro de 2014, com fundamento no parágrafo único do art. 1.º da Lei Estadual n.º 19.429, de 11 de janeiro de 2011, é veiculado, sem custos, no sítio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ([www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)) na rede mundial de computadores (Internet). O DOMP/MG é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

**▲ ATOS ADMINISTRATIVOS****▲ PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA****ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 5.º da Lei Complementar n.º 94/2007, nomeia o Promotor de Justiça Rolando Carabolante para as funções de Ouvidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Designa, com fundamento no artigo 18, inciso XXI, "b", da Lei Complementar n.º 34/94, o Promotor de Justiça Leonardo Barreto Moreira Alves para exercer, sem prejuízo de suas atribuições, as funções de Coordenador Pedagógico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF.

Designa, com fundamento no artigo 18, inciso XXI, "b", da Lei Complementar n.º 34/94, a Promotora de Justiça Maria Carolina Silveira Beraldo para cooperar, sem prejuízo de suas funções, na Coordenação Pedagógica do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF, ficando revogada sua designação anterior.

Designa, com fundamento no artigo 18, inciso XXI, "b", da Lei Complementar n.º 34/94, o Promotor de Justiça Wagner Marteleto Filho para cooperar, sem prejuízo de suas atribuições, na Coordenação Pedagógica do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF, ficando revogada sua designação anterior.

Designa, com fundamento no art. 18, inciso XXI, "b", da Lei Complementar n.º 34/94, o Promotor de Justiça Igor Peixoto Marques para as funções de Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça.

Designa, com fundamento no art. 3.º da Resolução PGJ n.º 1/2021, o Promotor de Justiça Daniel Piovaneli Ardisson para, sem prejuízo de suas funções, exercer as funções de Coordenador da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI).

Designa, nos termos do art. 3.º da Resolução PGJ n.º 1/2021, o Procurador de Justiça Eduardo Henrique Soares Machado para cooperar, sem prejuízo de suas atribuições, na Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI).

Designa, com fundamento no art. 5.º, inciso III, da Resolução PGJ n.º 17/2021, o Promotor de Justiça Adriano Dutra Gomes de Faria para as funções de Assessor Especial da Procuradoria de Justiça com atuação nos Tribunais Superiores, a partir de 1.º de janeiro de 2025, ficando revogada sua designação anterior.

Designa, com fundamento no art. 4.º, § único, da Resolução PGJ n.º 5/2022, o Promotor de Justiça Davi Reis Salles Bueno Pirajá para cooperar, sem prejuízo de suas atribuições, no Escritório de Representação Institucional e de Atuação Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em Brasília, ficando revogadas suas designações anteriores.

Dispensa, a pedido, a Procuradora de Justiça Lillian Maria Ferreira Marotta Moreira das funções de Coordenadora do Programa

CLARISSA DUARTE BELLONI

Diretora-Geral

## ▲ EDITAIS E AVISOS

## ▲ PROCURADORA-GERAL ADJUNTA ADMINISTRATIVA

### HOMOLOGAÇÃO

Número do processo: 289/ Ano: 2024

Unidade: 1091012

Processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI): 19.16.3891.0083898/2024-06

Objeto Aquisição de equipamentos e serviços para ampliação da solução do sistema de monitoramento de imagens para diversas sedes do Ministério Público de Minas Gerais, incluindo instalação, configuração e manutenção.

Modalidade: Pregão eletrônico

Homologo o resultado do julgamento deste processo, no qual foi(ram) vencedor(es) e adjudicatário(s) o(s) licitante(s):

Lote 1 (único): MÉTODO SYSTEM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ 07.346.478/0001-17

Valor (total) adjudicado: R\$ 3.599.898,00

Belo Horizonte, 06 de janeiro de 2025

IRAÍDES DE OLIVEIRA MARQUES

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

T.A. 19.16.2157.0119501/2024-09, de 30/12/2024, ao Ct. 202/2022, Ct. SIAD 9372586, entre o MPMG/PGJ e Target Engenharia e Consultoria Ltda. Objeto: prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor dos serviços. Valor global: R\$ 5.459,63. Vigência: 08/02/2025 a 07/02/2026. Aquisição de assinatura de sistema digital multiusuário para disponibilização e gerenciamento de coleção de Normas Técnicas Brasileiras - NBR, Mercosul (NM) e ISO (NBR-ISO) via WEB, com recurso de visualização, atualização, impressão ilimitada e acessos simultâneos, sem limite de usuários cadastrados.

T.A. nº 19.16.3913.0131852/2024-62 de 06/01/25, ao CT SIAD 9410145, CT 19.16.3913.0008698/2024-60, entre o MPMG/PGJ e a Rangap Distribuidora de Alimentos Ltda.- ME. Objeto: a prorrogação dos prazos de execução e de vigência, o acréscimo sobre valor global inicial atualizado do contrato e a inclusão de cláusula de proteção de dados pessoais ao contrato inicial. Valor global estimado: R\$14.430,72. Dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.30.08 - Fonte 10.1. Vigência: 21/02/25 a 20/08/25. Aquisição de materiais diversificados de consumo, por meio de Registro de Preços, destinados a suprir as necessidades das unidades da Capital e do interior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.